



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU**

LEI N. 1090/2018 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

**DISPÕE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO
MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE
SANTA CATARINA, QUE ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS;**

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art.119 da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Guatambu, para o exercício de 2019 Estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 29.063.387,45 (Vinte e nove milhões sessenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2019 estima a Receita em R\$ 29.063.387,45 (Vinte e nove milhões sessenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) fixa a Despesa em R\$ 29.063.387,45 (Vinte e nove milhões sessenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) sendo R\$ 28.041.037,45 (Vinte e oito milhões, quarenta e um mil, trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos) para o Poder Executivo e R\$ 1.022.350,00 (Hum milhão e vinte e dois mil e trezentos e cinquenta reais) para o Poder Legislativo.

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

MUNICIPIO DE GUATAMBU

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	25.911.484,81
1.1. Receita Tributária	1.863.733,01
1.2. Receita de Contribuições	192.679,73
1.3. Receita Patrimonial	484.830,58
1.4. Receitas Agropecuária	5.500,00
1.5. Receitas Industrial	5.500,00
1.6. Receita de Serviços	57.200,00
1.7. Transferências Correntes	25.752.989,97
Deduções da receita	(3.970.000,00)
1.8. Outras Receitas Correntes	135.050,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.535.904,16



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

2.1. Operações de Crédito	3.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	110.000,00
2.3. Amortização de empréstimos	13.750,00
2.4. Transferências de Capital	1.412.154,16
TOTAL	29.063.387,45

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei:

Anexo I – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;

Anexo II – Balancete da receita;

Anexo III – Balancete da despesa;

Anexo IV – Demonstrativo da despesa por função. E distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal Vereadores	1.022.350,00
02. Gabinete do Prefeito	382.550,00
03. Secretaria de Adm. Fazenda	3.224.065,51
04. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	6.867.848,72
05. Secretaria Saúde	5.415.682,02
06. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	8.270.456,60
07. Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	2.290.137,00
08. Secretaria de Assistência Social	1.590.297,60
TOTAL	29.063.387,45

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.022.350,00
04. ADMINISTRAÇÃO	3.138.031,50
06. SEGURANÇA PÚBLICA	326.329,73
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.564.297,60
10. SAÚDE	5.415.682,02
12. EDUCAÇÃO	6.596.348,72
13. CULTURA	118.500,00
15. URBANISMO	1.629.756,83
16. HABITAÇÃO	26.000,00
17. SANEAMENTO	71.500,00
18.. GESTAO AMBIENTAL	328.000,00
20. AGRICULTURA	2.290.137,00
22. INDUSTRIA	3.003.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	16.300,00
24. COMUNICAÇÕES	3.000,00
26. TRANSPORTES	2.953.620,04
27. DESPORTO E LAZER	153.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	387.534,01
99. RESERVA DE CONTIGENCIA	20.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

TOTAL	29.063.387,45

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	21.901.822,89
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	10.740.207,82
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	550,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	11.161.065,07
9.9.00.00. – Reserva de Contingência	20.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	6.119.214,56
4.4.00.00 – Investimentos	6.118.114,56
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	1.100,00
TOTAL	28.041.037,45

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	892.100,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	650.847,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	241.253,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	130.250,00
4.4.00.00 – Investimentos	130.250,00
TOTAL	1.022.350,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, através de abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme está previsto na LDO e quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Fenômenos Naturais	20.000,00
Total	20.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2019 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.

Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

V - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

VI - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

VII – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, podendo ser feito pelas igualdade das fontes de recursos, e não objetivando o projeto/atividade e sim a aplicação das fontes de recursos.

Parágrafo segundo - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art.7º. Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º. Durante o exercício de 2019, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art.10º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art.11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. Esta lei entrará em vigor durante o exercício de 2019, a partir de 1º de janeiro.

Guatambu - SC, 04 de novembro de 2018.

Luiz Clovis Dal Piva
Prefeito Municipal